

Ata N.º	17/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 17/2015 DE 18 DE SETEMBRO

----- Aos **dezoito** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima sétima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presentes a Sr.ª Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, e a Sr.ª Dr.ª Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em catorze de setembro de 2015, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Vereador Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico Sr. Vitor Manuel Ferreira Marques. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Passeio Sénior.** -----

----- O Sr. Presidente informou que irá ter lugar no dia 19 de setembro mais um Passeio Sénior envolvendo várias pessoas oriundas de todas as freguesias do Município. -----

----- **b) Reunião camarária extraordinária.** -----

----- O Sr. Presidente informou que eventualmente poderá haver necessidade de efetuar uma reunião camarária extraordinária no próximo dia 25 ou 28 de setembro, para a qual a Vereação será oportunamente convocada. -----

----- **c) Educação Pré-Escolar – Ano letivo de 2015/2016 – Prolongamento de horário em Vila Cova à Coelheira.** -----

----- A Sr.^a Vereadora substituta Liliana Soares informou que as mães de crianças da educação pré-escolar de Vila Cova à Coelheira questionaram sobre o prolongamento de horário no corrente ano letivo e das atividades a desenvolver no mesmo, tendo a Sr. Vereadora Delfina Gomes prestado os esclarecimentos necessários sobre o assunto. ---

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Apreciação e votação dos textos definitivos das atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal dos dias 7 e 21 de Agosto e 4 de setembro,** aprovadas e assinadas em minuta nas próprias reuniões. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar os textos definitivos das atas das reuniões dos dias 07 e 21 de agosto, e por maioria absoluta, com abstenção da Sr.^a Vereadora substituta Liliana Soares por não ter estado presente, a ata da reunião do dia 04 de setembro. -----

----- **b) Plano de Transporte Escolar (PTE) para o ano letivo 2015/2016 – Apreciação e aprovação.** -----

----- O PTE prevê os circuitos de transporte escolar para 353 crianças e alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar (30), 1.º CEB (47), 2.º CEB (65), 3.º CEB (138) e Ensino Secundário (73). Dos 276 alunos dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário a transportar, 42 alunos são oriundos de localidades fora da área do Município. -----

----- Prevê-se uma despesa com passes escolares no montante de € 136.854,80, para uma previsão de 163 dias letivos. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após análise da proposta de Plano de Transporte Escolar foi deliberado por unanimidade aprovar o referido PTE. -----

----- **c) Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) –** Conhecimento do Pacto assinado em 31 de agosto de 2015 entre a CIMVDL, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 (PO CENTRO 2020), a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) e a Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 (PDR 2014-2020). -----

----- O Sr. Presidente apresentou ao Executivo o PDCT em epígrafe, cuja cópia foi previamente remetida à Vereação, celebrado ao abrigo do artigo 65.º do Decreto-Lei

Ata N.º	17/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

n.º 137/2014, de 12 de setembro, e que define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar. -----

----- No Anexo I ao Pacto é apresentado o quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida, prevendo-se um total de financiamento no âmbito da CIM no montante total de € 39.613.322,33, sendo € 36.273.441,49 do PO CENTRO 2020, € 310.000,00 do PO SEUR, € 2.224.577,84 do PO ISE, e € 805.303,00 do PDR 2014-2020. -----

----- No âmbito do Município de Vila Nova de Paiva estão previstos vários projetos de investimento, no valor total de € 1.217.050,00, com taxa de imputação de cem por cento, a iniciar em 2016, cuja designação e valor de investimento são os seguintes: Piscinas Municipais da Pedralva, em Vila Nova de Paiva, € 180.200,00, Unidades de Saúde Móvel de Vila Nova de Paiva, € 59.500,00, Estar Mais - Promover a Coesão e o Envelhecimento Ativo, € 51.850,00, Restauro, conservação e valorização da Orca dos Juncais (Monumento Nacional), Projeto de Educação Integrado, € 74.800,00, Educação IN (Sucesso), € 97.600,00, Centro de Ciência Viva Demo, € 49.300,00, Línguas para Todos, € 49.300,00, Revisão da Carta Educativa de Vila Nova de Paiva, € 17.000,00 e Requalificação da Escola EB1 e Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva, € 637.500,00. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento do PDCT em epígrafe. ---

----- **d) Relatório do 1.º Semestre de 2015 sobre a situação económica e financeira do Município** – Relatório do auditor externo do Município, Fernando Peixinho & José Lima, SROC Lda., datado de 25 de agosto de 2015. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento do relatório em epígrafe, também remetido à Assembleia Municipal. -----

----- **e) Casa do Povo de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º AGO/29/15, de 14 de agosto, solicitam a celebração de Protocolo para desenvolvimento do desporto durante a época desportiva 2015/2016. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a celebração de novo protocolo para a época desportiva de 2015/2016, com uma comparticipação financeira no mesmo valor que na época transata (quinze mil euros). -----

----- **f) NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A** – Por ofício registado em 13 de agosto de 2015, solicitam carência do pagamento de duas rendas para os anos de 2015 e 2016 relativas ao contrato de arrendamento/cedência de espaço

municipal – Informação N.º 6/SF/2016, de 10-09-2015, da Divisão de Administração e Finanças (DAF). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e atendendo a que já se verificou em 2012 uma redução da renda, deliberado por unanimidade indeferir o pedido de redução solicitado. -----

----- **g) Serviço de Transporte Escolar do ano letivo de 2015/2016** – Proposta de renovação com a sociedade Transdev Interior, S.A. do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006 com a firma E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, para o serviço de transporte escolar do ano letivo de 2015/2016. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 16 de setembro de 2015, do seguinte teor integral: -----

Considerando que:

1 – Em 30 de Agosto de 2006, entre este Município e a firma transportadora E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, foi lavrado um protocolo que entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2006, válido por um ano, com possibilidade de renovação, tendo em vista:

a) Promover a manutenção de transportes regulares locais, em carreiras públicas, incluindo percursos não concessionados na área do Município, mas cuja concessão a transportadora solicitou junto das entidades públicas competentes (na época a DGTTF – Direcção-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, sucedendo-lhe atualmente o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes), satisfazendo assim necessidades de transporte, nomeadamente escolar, anteriormente executado em circuitos especiais, quer municipais quer em regime de aluguer;

b) Manter os transportes regulares locais nos períodos não lectivos (interrupções lectivas), evitando a eventual suspensão de carreiras regulares, por exploração deficitária nesses períodos, proporcionando assim aos munícipes a continuidade de transporte regular em carreiras públicas.

2 – Conforme cláusula 1.ª do Protocolo, o Município compromete-se a pagar uma verba por cada dia lectivo, dividida em duas facturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares emitidos mensalmente e requisitados pela Câmara Municipal (por força do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro) e, a segunda, correspondente à compensação financeira do serviço público de transporte, cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por dia lectivo a receber pela transportadora, compensação essa legalmente admissível ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de Junho de 1969, relativo a obrigações inerentes à noção de Serviço Público no domínio, entre outros, dos

Ata N.º	17/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

transportes rodoviários, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 1.893/91 do Conselho, de 20 de Julho de 1991, e posteriormente pelo Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, entrado em vigor em 3 de Dezembro de 2009, que permite a continuação da exploração dos serviços de transporte existentes durante um período transitório que termina em 2 de Dezembro de 2019 (conforme n.º 2 do art.º 8.º), período este em que as autoridades de transportes se devem adaptar às disposições daquele regulamento, como aliás concluiu o Conselho Diretivo do então IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, conforme ofício n.º 467/RJE/ASTP, de 31 de Agosto de 2011, recebido nesta Câmara Municipal em 6 de Setembro de 2011, na sequência de consulta efetuada.

3 – O Protocolo tem vindo a ser renovado anualmente, com efeitos a 1 de Setembro, mediante adenda, por renovação autorizada por deliberação da Câmara Municipal.

4 – Por comunicação recebida em 2 de outubro de 2014, com cópia vai em anexo à presente proposta, da sociedade Transdev Interior, S.A., esta Câmara Municipal foi informada que a partir de 1 de outubro de 2014 as empresas Joaquim Guedes, Filhos e Genros, S.A., de Castro Daire, e a E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, foram incorporadas naquela sociedade anónima Transdev Interior, S.A., pessoa coletiva com o número 500 148 775, com sede na Estrada Nacional n.º 2, 3600-194 Castro Daire, sucedendo àquelas firmas nos seus direitos e deveres enquanto empresa incorporante.

5 – A sociedade Transdev Interior, S.A., por ofício n.º 166/CD/2015, de 15 de setembro de 2015, cuja cópia se anexa à presente proposta, vem comunicar, na sequência de negociações havidas, se propõe efetuar o transporte nos termos protocolados anteriormente com a E.A.V.T, Lda, incluindo a manutenção do preço do transporte por dia letivo vigente no ano letivo transato, sem prejuízo da sua eventual atualização caso venha a ser definida alguma alteração tarifária pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

6 – Importa para o próximo ano escolar de 2015/2016, renovar com a sociedade Transdev Interior, S.A. o Protocolo anteriormente celebrado com a E.A.V.T. Lda, sendo que aquela empresa continua a ser única transportadora concessionária de circulações de carreiras públicas regulares que percorrem a área deste Município, dando assim continuidade ao serviço de transporte protocolado, com manutenção das contrapartidas já acordadas em anos escolares anteriores, incluindo o transporte escolar dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e crianças da

Educação Pré-Escolar oriundos das localidades de Pendilhe, Lousadela e Queiriga, tendo sido negociado uma atualização, em dois por cento, do valor diário pago no ano letivo transato.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da competência para autorização de despesa conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Públicos (CCP), delibere:

1.º) Autorizar a renovação com a sociedade Transdev Interior, S.A., de Castro Daire, do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006 com a então firma E.A.V.T., Lda, por mais um ano, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2015, nas seguintes condições, mantendo-se o demais clausulado do Protocolo:

a) O Município pagará à firma, por cada dia letivo, uma verba de € 1.147,50 (mil cento e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos), à qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de 6%, no montante de € 68,85 (sessenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), totalizando o valor diário de € 1.216,35 (mil duzentos e dezasseis euros e trinta e cinco cêntimos), traduzindo-se numa despesa total prevista de € 198.265,05 (cento e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e cinco euros e cinco cêntimos), incluído o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de seis por cento, para uma previsão de 163 (cento e sessenta e três) dias letivos nos termos do calendário escolar para 2015/2016;

b) Que a despesa mensal seja paga em duas faturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares requisitados pela Câmara Municipal e emitidos pela firma e, a segunda, correspondente à compensação financeira do serviço e cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por cada dia letivo a pagar à firma.

2.º) Aprovar a minuta da adenda (nona adenda) ao Protocolo anexa à presente proposta.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente de renovação do Protocolo. -----

----- h) Livros escolares para o ano letivo de 2015/2016 – Proposta de atribuição de livros escolares aos alunos do 1.º CEB e manuais às crianças de cinco/seis anos da educação pré-escolar dos estabelecimentos de ensino e jardins-de-infância da rede pública da área do Município. -----

Ata N.º	17/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 16 de setembro de 2015, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) De harmonia com a alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, compete às câmaras municipais aprovar a atribuição de auxílios económicos no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico, situação que se afigura premente na atual conjuntura económica, poderes entretanto reforçados no domínio da ação social escolar na alínea hh) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se julga a câmara municipal poder deliberar sobre a atribuição de auxílios económicos no âmbito da educação pré-escolar.

b) Em vez de atribuição de subsídios para livros escolares, se pretende adquirir e atribuir os livros escolares a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico (CEB) matriculados no ano letivo de 2015/2016 nos estabelecimentos de ensino da rede pública da área do Município, bem como adquirir e atribuir os manuais de iniciação à Matemática e de Língua Portuguesa a todas as crianças dos cinco/seis anos da educação pré-escolar, inscritas no ano letivo de 2015/2016 nos jardins-de-infância da rede pública da área do Município, sendo o encargo total previsto com aquelas aquisições no montante não superior a dez mil euros;

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, no uso da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, conjugada com a alínea hh) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere autorizar a atribuição dos livros escolares a todos os alunos do 1.º CEB e a todas as crianças dos cinco/seis anos, matriculados ou inscritos, no ano letivo de 2015/2016, nos estabelecimentos de ensino e de educação pré-escolar da rede pública da área do Município.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- **i) Transporte escolar dos alunos matriculados no ensino secundário nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017** – Proposta de isenção de pagamento do serviço de transporte escolar a alunos a frequentar o ensino secundário matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva nos referidos anos letivos. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 16 de setembro de 2015, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 20 de junho de 2013, foi aprovada a n/ Proposta data de 18 de junho, e aprovadas medidas de incentivo no domínio dos transportes escolares, no âmbito do ensino básico e secundário, nos seguintes termos:

i) Que os estudantes matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar, que frequentassem o ensino secundário nos anos letivos de 2013-2014 e 2014-2015, ficassem isentos do pagamento da participação nos custos do transporte a que se refere a Portaria n.º 181/86, de 6 de Maio.

ii) Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar e de maioridade, que frequentassem o 3.º ciclo do ensino básico nos anos letivos de 2013-2014 e 2014-2015, ficassem isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.

iii) Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, que frequentassem, nos anos letivos de 2013-2014 e 2014-2015, quaisquer cursos noturnos no âmbito dos ensinos básico ou secundário ou equiparado, ficassem isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.

2. Tais medidas pretenderam, por um lado, amenizar a situação económica e financeira das famílias face à conjuntura económica desfavorável vivida, e, por outro lado, incrementar a frequência do ensino secundário, por forma a ajudar à manutenção do Ensino Secundário no Município, face à quebra demográfica sentida e efeitos da mesma na população escolar, nomeadamente no ensino secundário, tendo-se traduzido numa poupança para as famílias de cerca de dezassete mil e oitocentos euros no ano letivo de 2013/2014 e de cerca de vinte e quatro mil e novecentos euros no ano letivo de 2014/2015.

3. O transporte escolar é da competência dos municípios, estando o respetivo regime regulado pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, e pelos Decretos-Leis n.ºs 186/2008, de 19 de Setembro, 29-A/2011, de 1 de Março e 176/2012, de 2 de Agosto, dispondo o n.º 1 do artigo 3.º que o transporte escolar é gratuito somente até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições de beneficiar do serviço de transporte escolar, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.

4. Tal significa que apesar do alargamento da escolaridade obrigatória dos 9 para os 12 anos de escolaridade introduzida pela Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, o

Ata N.º	17/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

serviço de transporte escolar dos alunos do ensino secundário não é gratuito, continuando a ser participado pelos interessados nos termos da Portaria n.º 181/86, de 6 de Maio, a qual estabelece que os alunos do ensino secundário abrangidos pelo serviço de transporte escolar participem nos respetivos custos, com observância do estipulado na Portaria n.º 161/85, de 22 de Março (diploma que adapta o regime de desconto a conceder nos bilhetes de assinatura para estudantes abrangidos pelo serviço de transporte escolar), nos seguintes termos:

– Em metade do custo do bilhete de assinatura fixado pela portaria que estabeleça as tarifas para os serviços de transportes coletivos, quando utilizem carreiras públicas;

– Em metade do custo do bilhete de assinatura fixado pela portaria que estabeleça as tarifas para os serviços de transportes coletivos, na modalidade mais favorável ao aluno, devendo a quilometragem considerada corresponder à distância casa-escola, quando utilizem circuitos especiais.

5. Apesar da melhoria da conjuntura económica, a Câmara Municipal não pode ficar indiferente à necessidade de continuar a admitir políticas de incentivo nomeadamente para a frequência do ensino secundário, que de alguma forma inverta o decréscimo de alunos matriculados no ensino secundário, nomeadamente dos alunos oriundos de localidades fora do Município, e assim ajudar a salvaguardar também a manutenção do Ensino Secundário no Município, existente há já muitos anos, que em muito tem beneficiado as famílias e os jovens quer do Município quer de localidades próximas de outros municípios, e que corre o risco de poder deixar de existir.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a seguinte proposta:

1.º) Que os estudantes matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar, que frequentem o ensino secundário nos anos letivos de 2015-2016 e 2016-2017, sejam isentos do pagamento da participação nos custos do transporte escolar a que se refere a Portaria n.º 181/86, de 6 de Maio.

2.º) Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar e de maioridade, que frequentem o 3.º ciclo do ensino básico nos anos letivos de 2015-2016 e 2016-2017, sejam isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.

3.º) Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, que frequentem, nos anos letivos de 2015-2016 e 2016-2017, quaisquer cursos

noturnos no âmbito dos ensinos básico ou secundário ou equiparado, sejam isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- **j) Apoio a atividades de acolhimento e reabilitação de animais abandonados e em risco** – Proposta de aprovação da minuta de protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Vila Nova de Paiva, a União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas e a Associação Amigos do Pêlo V.N.P.-----

----- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião extraordinária que teve lugar no dia 20 de abril de 2015, que validou o Projeto da Associação para as atividades a desenvolver, e autorizou a celebração de protocolo de cooperação, o Sr. Presidente apresentou ao Executivo a minuta do referido protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Amigos do Pêlo, pelo prazo de três anos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2015, no qual se prevê uma comparticipação financeira no montante de € 19.800,00 (dezanove mil e oitocentos euros), a processar em 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e sucessivas, à razão de € 550,00 (quinhentos e cinquenta euros) por mês, cedendo a União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas a utilização de parcela de terreno com um hectare onde se encontram as instalações do centro de acolhimento dos animais. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar em definitivo o Protocolo de Cooperação com a Associação. -----

----- **k) Apreciação da proposta da 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para o exercício de 2015.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a quarta revisão às GOP e Orçamento, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e dez minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a

Ata N.º 17/2015	
Livro N.º	Folha N.º
37	

[illegible]